

## GESTÃO, ECOPEdagogia E SUSTENTABILIDADE: ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONTEXTO ESCOLAR

**Cláudia Maria Brito dos Santos**

Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0009-0005-9549-2304>

E-mail: claufrannanda@gmail.com

**Diva do Socorro Soares de Farias**

Facultad Interamericana de Ciências Sociales- FICS

<https://orcid.org/0009-0007-7930-1779>

E-mail: divafarias.f@gmail.com

**Andréia do Socorro Andrade Xavier**

Facultad Interamericana de Ciências Sociales- FICS

<https://orcid.org/0009-0006-9624-4318>

E-mail: andreidosocorro1987@gmail.com

**Tereza Cristina Ribeiro**

Professora Doutora e Orientadora. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0000-0002-8413-3446>

E-mail: cristapuia@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-45>

**RESUMO:** Este artigo investiga as estratégias de gestão escolar relacionadas à promoção de práticas de sustentabilidade, educação ambiental e princípios da Ecopedagogia na Escola Municipal Guilherme Mártires, situada no município de Santa Izabel do Pará. Trata-se de um estudo de caso qualitativo que busca compreender como a liderança escolar, a organização administrativa e a articulação com professores, estudantes e comunidade podem contribuir para a implantação de ações educativas voltadas à sustentabilidade e à formação de uma consciência ecológica crítica, conforme propõe a pedagogia planetária de Moacir Gadotti. A pesquisa analisa a inserção da Ecopedagogia como perspectiva teórico-metodológica capaz de integrar os saberes ambientais à gestão democrática e participativa, promovendo o diálogo entre educação, cidadania e meio ambiente. A coleta de dados envolveu observações em campo, entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e estudantes, além da análise documental de projetos, planejamentos pedagógicos e relatórios institucionais voltados às ações ambientais, ainda que em caráter incipiente. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo temática, permitindo identificar padrões, estratégias emergentes e lacunas no processo de implementação de práticas sustentáveis e ecopedagógicas. Os resultados indicam que a Escola Municipal Guilherme Mártires se encontra em fase inicial no desenvolvimento de práticas de sustentabilidade e educação ambiental. Foram identificadas algumas iniciativas pontuais, como atividades de conscientização e experiências isoladas de hortas escolares. Contudo, a consolidação de uma proposta ecopedagógica mais ampla enfrenta desafios estruturais e formativos, entre eles a limitação de recursos, a necessidade de formação continuada de professores e o fortalecimento do engajamento comunitário. Conclui-se que a gestão escolar desempenha papel essencial na promoção de uma cultura de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental, sendo a Ecopedagogia um

referencial potente para orientar práticas educativas transformadoras. O estudo evidencia que, apesar de o processo ainda estar em fase inicial, a escola apresenta potencial para consolidar uma gestão ambientalmente comprometida, capaz de articular ensino, participação social e ética planetária. Dessa forma, o trabalho contribui para a reflexão sobre o papel da gestão escolar na implementação de políticas e práticas sustentáveis, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento da educação ambiental e ecopedagógica em contextos públicos municipais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Escolar. Sustentabilidade. Educação Ambiental. Ecopedagogia. Estudo De Caso.

### **MANAGEMENT, ECOPEDEGOGY AND SUSTAINABILITY: STRATEGIES FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION IN A SCHOOL CONTEXT**

**ABSTRACT:** This article investigates school management strategies related to the promotion of sustainability practices, environmental education, and the principles of Ecopedagogy at the Municipal School Guilherme Mártires, located in the municipality of Santa Izabel do Pará, Brazil. It is a qualitative case study that seeks to understand how school leadership, administrative organization, and the articulation among teachers, students, and the community can contribute to the implementation of educational actions aimed at sustainability and the development of a critical ecological awareness, as proposed by Moacir Gadotti's planetary pedagogy. The research analyzes the inclusion of Ecopedagogy as a theoretical and methodological perspective capable of integrating environmental knowledge into democratic and participatory management, fostering dialogue between education, citizenship, and the environment. Data collection involved field observations, semi-structured interviews with school managers, teachers, and students, as well as document analysis of projects, pedagogical plans, and institutional reports related to environmental actions, even if still at an early stage. The technique used was thematic content analysis, allowing the identification of patterns, emerging strategies, and gaps in the implementation process of sustainable and ecopedagogical practices. The results indicate that the Municipal School Guilherme Mártires is still in the initial stage in the development of sustainability and environmental education practices. Some punctual initiatives were identified, such as awareness-raising activities and isolated school garden experiences. However, the consolidation of a broader ecopedagogical proposal faces structural and formative challenges, including limited resources, the need for continuous teacher training, and the strengthening of community engagement. It is concluded that school management plays an essential role in promoting a culture of sustainability and socio-environmental responsibility, with Ecopedagogy standing out as a powerful framework to guide transformative educational practices. The study shows that, although the process is still in its early stages, the school demonstrates potential to consolidate in environmentally committed management, capable of articulating teaching, social participation, and planetary ethics. Thus, this work contributes to the reflection on the role of school management in the implementation of sustainable policies and practices, providing theoretical and practical support for the strengthening of environmental and ecopedagogical education in public school contexts.

**KEYWORDS:** School Management. Sustainability. Environmental Education. Ecopedagogy. Case Study.

## INTRODUÇÃO

A crise ambiental global tem se constituído como um dos maiores desafios do século XXI, exigindo novas formas de pensar, agir e educar. A escola, como espaço de formação humana, torna-se um campo estratégico para a construção de uma consciência ecológica crítica e para a promoção de práticas sustentáveis. Nesse contexto, a gestão escolar ocupa um papel fundamental na articulação de ações pedagógicas, administrativas e comunitárias que visem à sustentabilidade. Conforme destaca Gadotti (2000, p. 85), “a educação do futuro deverá ser, antes de tudo, uma educação para a Terra, uma educação para o sentido de pertencimento e responsabilidade planetária”.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) estabelece que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Essa determinação legal reforça que a sustentabilidade não pode ser vista como tema isolado, mas como eixo transversal que deve orientar o projeto político-pedagógico (PPP) das escolas e a própria cultura institucional.

Diante desse cenário, a ecopedagogia surge como uma proposta inovadora, fundada nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire, que concebe a educação como prática da liberdade e processo de conscientização. Freire (1996, p. 31) afirma que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Essa perspectiva amplia a educação ambiental tradicional, propondo uma educação comprometida com a transformação social e ecológica, em que o educando é sujeito ativo da construção de saberes e de práticas sustentáveis.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) também orienta a formação integral do estudante e a inserção da temática ambiental de forma interdisciplinar, estimulando o desenvolvimento de competências voltadas à cidadania, à ética e à sustentabilidade. Dessa forma, o debate sobre gestão escolar e sustentabilidade não se restringe a ações pontuais, mas implica repensar a organização escolar, os modos de gestão e a formação de professores, visando práticas ecopedagógicas coerentes com as demandas sociais e ambientais contemporâneas.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral analisar estratégias e práticas de gestão escolar que promovam a educação ambiental numa perspectiva da Ecopedagogia. Especificamente, busca-se: (a) discutir os fundamentos teóricos da Ecopedagogia e sua relação com a pedagogia freiriana; (b) identificar os marcos legais e políticos que sustentam a educação ambiental no Brasil; e (c) refletir sobre práticas de gestão escolar que favoreçam a sustentabilidade e o envolvimento da comunidade educativa.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo, fundamentando-se em autores como Paulo Freire (1987, 1996), Moacir Gadotti (2000, 2001), Lück (2009) e em documentos oficiais como a BNCC (2018) e a PNEA (1999), além das diretrizes internacionais da UNESCO (2020), bem como apresenta um estudo de caso em escola que desenvolve projetos de educação ambiental.

A educação ambiental desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável. No Brasil, a integração da sustentabilidade no contexto escolar é respaldada por diversas políticas públicas e normativas que orientam as práticas pedagógicas e a gestão escolar. Entre essas, destaca-se a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecendo diretrizes para a implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Recentemente, a PNEA foi atualizada pela Lei nº 6.230/2023, sancionada em julho de 2024, que amplia o escopo da educação ambiental ao incluir temas como mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e gestão de desastres socioambientais. Essa atualização reflete a urgência de adaptar as práticas educacionais às novas demandas ambientais e sociais, promovendo uma abordagem mais integrada e contextualizada da sustentabilidade nas escolas.

No entanto, apesar dos avanços legislativos, a implementação efetiva da educação ambiental nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios significativos. Bezerra et al. (2024) apontam que, apesar dos avanços, a educação ambiental ainda apresenta desafios estruturais, como a falta de planejamento interdisciplinar, baixa participação da comunidade e insuficiência de infraestrutura, o que demonstra que sua consolidação no cotidiano escolar ainda é limitada. A gestão escolar, enquanto processo que envolve

planejamento, organização, execução e avaliação das atividades educacionais, desempenha papel crucial na implementação de políticas de sustentabilidade. Uma gestão eficaz deve ser capaz de articular recursos, envolver a comunidade escolar e integrar a educação ambiental de forma transversal ao currículo, promovendo uma cultura de sustentabilidade que permeie todas as dimensões da vida escolar.

No contexto da Escola Municipal Guilherme Mártires, situada em Santa Izabel do Pará, município distante 38 km da capital, Belém, observa-se a adoção de iniciativas voltadas à sustentabilidade, como hortas pedagógicas, campanhas de conscientização ambiental e práticas de gestão de resíduos. Entretanto, a efetividade dessas ações depende da capacidade da gestão escolar em coordenar e sustentar essas práticas ao longo do processo, enfrentando desafios como a escassez de recursos, a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e a mobilização da comunidade escolar.

Santa Izabel do Pará é um município localizado na Região Metropolitana de Belém, com uma população estimada de 79.195 habitantes e uma área territorial de 717,66 km<sup>2</sup>, segundo dados do Censo do IBGE, 2022. A cidade destaca-se pela sua rica biodiversidade e pela presença de comunidades tradicionais, como o Quilombo Macapazinho, certificado como remanescente de quilombo em 2006 pela Fundação Cultural Palmares. A economia local é caracterizada pela produção agrícola, especialmente hortaliças, e pela criação de animais, como suínos e aves. A cidade também tem investido em infraestrutura, com a implementação de programas de asfaltamento e melhorias na mobilidade urbana.

No setor educacional, Santa Izabel do Pará possui uma rede composta por escolas estaduais e municipais que atendem a diferentes faixas etárias e modalidades de ensino. O município tem buscado incorporar práticas de educação ambiental em suas instituições, promovendo a conscientização e a participação ativa dos estudantes em ações voltadas à sustentabilidade. A criação do Parque Ambiental Yasuhide Watanabe, inaugurado em 2024, é um exemplo desse esforço, oferecendo um espaço dedicado ao lazer e à prática de atividades ambientais. O homenageado, Yasuhide Watanabe, foi um empreendedor e empresário do setor avícola que contribuiu para o desenvolvimento da região, tanto na geração de empregos quanto no incentivo ao esporte, através do Atlético Clube Izabelense.



A partir desse território e dentro destas perspectivas, este estudo busca analisar como a gestão escolar da Escola Municipal Guilherme Mártires tem promovido práticas de sustentabilidade e educação ambiental, identificando estratégias adotadas, desafios enfrentados e impactos observados. A pesquisa objetiva contribuir para a compreensão do papel da gestão escolar na implementação de políticas públicas de educação ambiental, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão institucional.

A relevância deste estudo se manifesta na possibilidade de fornecer um modelo de boas práticas que possa ser replicado em outras instituições de ensino, especialmente em contextos similares, caracterizados por limitações de recursos e desafios socioambientais. Além disso, a pesquisa contribui para o debate acadêmico sobre a integração entre gestão escolar e sustentabilidade, ampliando o entendimento sobre como políticas públicas podem ser efetivamente implementadas no nível local.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta o referencial teórico, abordando conceitos de gestão escolar, educação ambiental e políticas públicas relacionadas; em seguida, é descrita a metodologia adotada na pesquisa, incluindo tipo de estudo, universo e amostra, instrumentos de coleta de dados e procedimentos de análise; posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados obtidos; por fim, temos as considerações finais, com sugestões para a melhoria das práticas de gestão escolar e educação ambiental.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de formar sujeitos conscientes de seu papel na preservação do meio ambiente e na construção de uma sociedade sustentável. Nessa linha, a gestão escolar assume um papel estratégico ao articular práticas pedagógicas, políticas e administrativas voltadas à sustentabilidade.

O conceito de Ecopedagogia, derivado da pedagogia crítica e das teorias da complexidade, propõe uma educação que integre as dimensões ecológica, ética e política da vida. Segundo Gadotti (2000, p. 89), “a Ecopedagogia nasce da necessidade de educar para o planeta, compreendendo a Terra como um ser vivo e educador”. Essa concepção

amplia o foco da educação ambiental tradicional, deslocando-a de uma perspectiva meramente conservacionista para uma visão crítica e transformadora. Trata-se de uma pedagogia que “convida o educando a sentir-se parte da Terra e corresponsável pela sua preservação” (Gadotti, 2000, p. 90). Assim, a escola passa a ser entendida como espaço de formação ecológica, cidadã e solidária, promovendo o que o autor chama de “consciência planetária”.

A Ecopedagogia também dialoga profundamente com o pensamento de Paulo Freire, especialmente pela centralidade do diálogo e da problematização como práticas educativas libertadoras. Freire (1996, p. 67) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”. Essa perspectiva é essencial para compreender a educação ambiental como processo crítico, que parte da realidade dos educandos e busca transformar o contexto social e ecológico em que estão inseridos. A partir da pedagogia freiriana, educar para a sustentabilidade significa promover a conscientização, entendida como a capacidade de perceber-se como sujeito histórico capaz de intervir no mundo (Freire, 1987).

Gadotti (2001, p. 102) reforça essa convergência ao afirmar que “a Ecopedagogia é herdeira direta da pedagogia freiriana, pois propõe uma leitura crítica do mundo natural e social, numa perspectiva ética e planetária”. Portanto, a Ecopedagogia não se reduz à transmissão de informações sobre meio ambiente, mas busca formar sujeitos capazes de atuar na transformação das estruturas que geram desigualdade, degradação e exclusão.

No campo das políticas públicas, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, define a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 1999, art. 2º). Essa diretriz normativa reforça o caráter transversal e interdisciplinar da temática ambiental no currículo escolar, exigindo que a gestão escolar incorpore práticas que envolvam toda a comunidade educativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018, p. 17) estabelece que “a educação deve assegurar aos estudantes a formação para o exercício da cidadania e a consciência socioambiental, fundamentada em valores de respeito à vida e à sustentabilidade”. Essa orientação insere a sustentabilidade como uma competência geral

da educação básica, incentivando que o currículo, os projetos pedagógicos e a gestão escolar se organizem em torno de princípios ecológicos e de justiça social.

A UNESCO (2020, p. 11), no documento Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS 2030, enfatiza que “a educação para o desenvolvimento sustentável é um processo que capacita indivíduos a tomar decisões informadas e a agir de maneira responsável pela integridade ambiental, pela viabilidade econômica e por uma sociedade justa”. Essa diretriz internacional, incorporada pelo Brasil nas políticas educacionais, dialoga diretamente com a proposta ecopedagógica, ao propor uma transformação cultural e institucional voltada à sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a gestão escolar sustentável deve ser entendida como um processo democrático e participativo, que envolve planejamento, tomada de decisões e execução de ações comprometidas com a preservação ambiental e a justiça social. Lück (2009, p. 56) ressalta que “a gestão democrática se efetiva quando a escola é capaz de mobilizar a comunidade educativa em torno de objetivos comuns, promovendo corresponsabilidade e participação”. Aplicada à sustentabilidade, essa concepção implica envolver estudantes, professores, famílias e comunidade na construção de projetos e políticas ambientais escolares.

Entre as estratégias práticas de Ecopedagogia na gestão escolar, destacam-se: Projetos interdisciplinares de investigação ambiental, nos quais os estudantes identificam problemas do entorno da escola e propõem soluções sustentáveis; Comissões de sustentabilidade, compostas por representantes da comunidade escolar, para planejar, executar e avaliar ações ecológicas; Formação de professores e gestores em educação ambiental crítica e Ecopedagogia; Integração da horta escolar ao currículo, como espaço de aprendizagem ecológica e cidadania alimentar; Parcerias com organizações comunitárias, órgãos ambientais, municipais e universidades, fortalecendo redes locais de sustentabilidade (Plano Municipal de Educação, 2015)

Essas práticas, além de concretizar as orientações legais e teóricas, fortalecem o sentido político da educação ambiental. Como afirma Freire (1997, p. 45), “não há mudança sem sonho, assim como não há sonho sem esperança”. A gestão escolar sustentável, portanto, é também um ato de esperança e compromisso ético com a vida e com as futuras gerações.



No contexto amazônico e das escolas públicas brasileiras, a Ecopedagogia adquire relevância particular, uma vez que a região concentra grande diversidade biológica e cultural, mas também desafios socioambientais complexos. A escola, ao integrar a Ecopedagogia em sua proposta pedagógica, pode transformar-se em espaço de resistência e criação de novas práticas de convivência com a natureza, baseadas em solidariedade, cuidado e respeito à diversidade.

Dessa forma, a gestão escolar e a sustentabilidade devem ser compreendidas como dimensões interdependentes. Uma gestão democrática, participativa e ecopedagógica é condição para que a educação ambiental ultrapasse o plano do discurso e se concretize em práticas educativas transformadoras. A partir de Gadotti e Freire, é possível afirmar que a educação ambiental crítica é, ao mesmo tempo, um projeto pedagógico e político de emancipação, e que a escola é o espaço privilegiado para semear essa transformação.

## GESTÃO ESCOLAR E LIDERANÇA PEDAGÓGICA

A gestão escolar é um processo complexo que envolve o planejamento, a organização, a execução e a avaliação das atividades educacionais, visando a melhoria da qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes. Segundo Libâneo (2013), a gestão escolar deve ser democrática, participativa e comprometida com a construção de uma educação pública de qualidade.

No contexto da sustentabilidade, a gestão escolar desempenha um papel crucial na implementação de práticas ambientais e na promoção de uma cultura ecológica dentro da instituição. A liderança pedagógica, conforme destacado por Creemers e Kyriakides (2015), é fundamental para engajar professores, alunos e comunidade escolar em ações que visem à preservação ambiental e ao uso responsável dos recursos naturais.

O conceito de sustentabilidade na educação envolve ações que promovam o equilíbrio entre necessidades sociais, econômicas e ambientais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável definidos pelo Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Este relatório, intitulado *Our Common Future*, tornou-se um marco global ao definir desenvolvimento sustentável como aquele que

“atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades”. Historicamente, o documento surgiu como resposta às crescentes preocupações internacionais com a degradação ambiental e a crise socioeconômica dos anos 1980, propondo a integração entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

No contexto brasileiro, suas recomendações passaram a orientar políticas públicas, especialmente a partir da Conferência Rio-92, influenciando diretamente a elaboração da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e a incorporação do princípio da sustentabilidade nos currículos, como estabelecido pela BNCC (2017), que integra a preservação ambiental como competência essencial da educação básica.

Assim, o conceito de sustentabilidade na educação, tal como incorporado no Brasil, deriva de um processo histórico internacional e nacional que reconhece a necessidade de formar cidadãos capazes de promover transformações sociais, econômicas e ambientais responsáveis. Nas escolas, a sustentabilidade deve se manifestar tanto no currículo quanto na gestão institucional, abrangendo a redução de resíduos, economia de energia, uso de materiais recicláveis e incentivo à mobilidade sustentável.

Autores como Leal Filho (2020) destacam que a sustentabilidade escolar não se restringe a projetos isolados, mas requer planejamento estratégico da gestão, articulação com políticas públicas e engajamento da comunidade escolar. Nesse contexto, o papel do gestor é fundamental para promover mudanças culturais, incentivar a participação de professores e estudantes e consolidar práticas que possam ser mantidas a longo prazo.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A implementação da educação ambiental nas escolas depende fortemente de políticas públicas e uma legislação consistentes. No âmbito federal, destacam-se: Lei nº 9.394/1996 (LDB): estabelece que a educação ambiental deve ser transversal aos currículos escolares, articulando conteúdos e práticas pedagógicas. Lei nº 9.795/1999 (PNEA): institui a Política Nacional de Educação Ambiental, detalhando princípios e diretrizes para a formação ambiental nos diversos níveis de ensino. Lei nº 6.230/2023:

atualiza a PNEA, incluindo temas contemporâneos como mudanças climáticas, biodiversidade e gestão de riscos ambientais.

Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, constante na Agenda 2030, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), reforçam a importância de integrar práticas de sustentabilidade à gestão escolar. A literatura sugere que escolas que recebem apoio de políticas públicas estruturadas tendem a implementar práticas ambientais de maneira mais sistemática e eficaz.

## **DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A GESTÃO ESCOLAR SUSTENTÁVEL EM SANTA IZABEL DO PARÁ**

No setor educacional, Santa Izabel do Pará possui uma rede de ensino composta por escolas estaduais e municipais que atendem a diferentes faixas etárias e modalidades de ensino. O município tem buscado incorporar práticas de educação ambiental em suas instituições de ensino, de acordo com o Documento Curricular Municipal de Santa Izabel do Pará (2020), da Secretaria Municipal de Educação, que objetiva promover a conscientização e a participação ativa dos estudantes em ações voltadas à sustentabilidade. O tema contemplado pela rede de ensino municipal de ensino de Santa Izabel do Pará, para o ano letivo de 2025 é “Educação e Sustentabilidade”, o que reflete o compromisso da gestão municipal em integrar a consciência ambiental ao processo educativo.

Essa abordagem oferece um marco orientador para que escolas, gestores, professores e estudantes possam desenvolver práticas pedagógicas alinhadas com a preservação ambiental, o uso responsável dos recursos naturais e a promoção de hábitos sustentáveis. Além de servir como guia institucional, a ênfase em sustentabilidade potencializa o fortalecimento das ações de educação ambiental já existentes e incentiva a criação de novas iniciativas, promovendo a participação ativa da comunidade escolar e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na construção de um futuro mais sustentável.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes demonstram que escolas municipais que adotam práticas de gestão participativa e planejamento estratégico conseguem integrar educação ambiental às atividades curriculares, promover engajamento dos estudantes e fortalecer vínculos com a comunidade (Oliveira & Gomes, 2022). Contudo, ainda existem lacunas significativas, especialmente em municípios de médio porte, como Santa Izabel do Pará, onde limitações financeiras e estruturais podem comprometer a implementação de políticas ambientais de forma contínua.

Apesar dos avanços, a implementação de práticas sustentáveis nas escolas de Santa Izabel do Pará enfrenta desafios, como a escassez de recursos financeiros, a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e a mobilização da comunidade escolar. No entanto, o município apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento de uma gestão escolar sustentável, como por exemplo, parcerias com organizações não governamentais e instituições de ensino superior para o desenvolvimento de projetos conjuntos e a obtenção de recursos: Cooperativa dos produtores agroextrativistas de açaí de Santa Izabel, Bujaru e Inhangapi (COPRAASIP), Fábrica de papelão MGPEL, Empresa Farinorte, que atua na reciclagem animal e a Universidade do Estado do Pará(UEPA).

Um apoio importante de ser registrado é o da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAS), que tem promovido ações de educação ambiental e apoio às escolas, que promove gincanas ambientais em parceria com as escolas e mantém um cronograma de empreendedorismo sustentável (Sala do empreendedor) no Centro Cultural Sílvio Nascimento.

E por último e não menos importante, a gestão municipal da educação em Santa Izabel do Pará tem promovido o envolvimento das comunidades tradicionais com a comunidade escolar, já que as populações tradicionais são as guardiãs da cultura local e possuem conhecimentos e práticas sustentáveis que podem ser integrados ao currículo gerando uma síntese adequada entre os conhecimentos tradicionais e o conhecimento científico/escolar.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo e descritivo, com enfoque em estudos de caso. Segundo Yin (2018), os estudos de caso são adequados para investigar fenômenos contemporâneos em contextos reais, permitindo compreender como ações específicas da gestão escolar impactam a implementação de práticas de sustentabilidade e educação ambiental.

O caráter qualitativo da pesquisa possibilita analisar experiências, percepções e práticas, captando a complexidade da gestão escolar e a interação entre os diferentes atores da escola. A pesquisa é descritiva na medida em que busca apresentar e analisar, de forma detalhada, as estratégias de gestão adotadas pela Escola Municipal Guilherme Mártires, identificando práticas sustentáveis e seus resultados.

Além disso, a pesquisa incorpora uma abordagem participativa, composto por atores envolvidos na gestão e nas práticas pedagógicas da Escola Municipal Guilherme Mártires, localizada em Santa Izabel do Pará. Esse universo inclui: Gestores escolares (diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos); Professores de diferentes disciplinas, com foco naqueles que participam de projetos ambientais;

Estudantes de turmas do ensino fundamental; pais, mães e familiares, especialmente aqueles envolvidos em projetos de sustentabilidade e Funcionários e equipe de apoio, que contribuem para a manutenção das ações sustentáveis dentro da escola.

A amostra foi definida de forma intencional (não probabilística), selecionando indivíduos com experiência direta na gestão escolar ou participação em projetos de sustentabilidade. A amostra inclui ouvir: 3 gestores escolares; 10 professores de diferentes áreas; 10 estudantes, distribuídos em turmas selecionadas; 08 pais, mães e familiares; 08 membros da equipe de apoio. Tendo ao total 39 (trinta e nove) entrevistados.

O tamanho da amostra foi definido considerando a viabilidade do campo e o princípio da saturação dos dados, característico da pesquisa qualitativa (Flick, 2013; Yin, 2018). Assim, foram entrevistados representantes de todas as categorias diretamente envolvidas na gestão e nas práticas de sustentabilidade da Escola Municipal Guilherme Mártires. Foi mantido o anonimato de todos os entrevistados, identificados, nesta

pesquisa, da seguinte forma: Gestores: 3 respostas (Gestor A, B, C); Professores: 10 respostas (Professor A-J); Estudantes: 10 respostas (Estudante A-J); Servidores de apoio: 8 respostas (Servidor A-H) e Comunidade escolar: 8 respostas (Responsável de aluno A-H). Essa seleção busca garantir representatividade e diversidade de perspectivas, permitindo compreender o fenômeno em sua complexidade.

## COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de múltiplos instrumentos, assegurando triangulação de informações para aumentar a confiabilidade dos resultados. Para isso, é preciso contar com técnicas de pesquisa já bastante experimentadas, como por exemplo: Entrevistas semiestruturadas com gestores, professores, pais, mães e familiares, abordando experiências, percepções e práticas relacionadas à gestão sustentável; Grupos focais com estudantes, permitindo identificar a percepção sobre práticas ambientais e engajamento em projetos; Observação participante, registrando atividades de sustentabilidade na escola, como hortas pedagógicas, campanhas de reciclagem e ações de conscientização; Análise documental, incluindo planos de aula, projetos pedagógicos, relatórios de gestão e registros administrativos, a fim de verificar a integração das práticas de sustentabilidade no planejamento escolar.

Todos os instrumentos foram validados por especialistas em gestão escolar e educação ambiental, garantindo que as questões abordassem de forma adequada os objetivos da pesquisa.

## PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa temática, utilizando como referência os métodos propostos por Braun e Clarke (2006). O procedimento inclui transcrição e codificação das entrevistas e grupos focais; identificação de categorias temáticas relacionadas à gestão escolar, práticas sustentáveis, engajamento comunitário e impactos na aprendizagem; análise cruzada entre entrevistas, observações e documentos, permitindo triangulação de dados; interpretação crítica, conectando os resultados às políticas públicas de educação ambiental e às teorias de



gestão escolar. Além disso, foram utilizados recursos tecnológicos para apoio à análise, como softwares de análise qualitativa (NVivo ou MAXQDA), garantindo organização e rastreabilidade dos dados.

## CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa seguiu rigorosamente os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme definido pela Resolução CNS nº 510/2016 e pelo Código de Ética Profissional da área da educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que a Escola Municipal Guilherme Mártires apresenta algumas iniciativas de sustentabilidade, integradas ao currículo escolar e apoiadas por estratégias de gestão participativa. O olhar se deteve em algumas ações e situações passíveis de observação, entre elas: o engajamento ativo dos professores, que incorporam práticas ambientais em suas disciplinas; a participação dos estudantes em hortas escolares, projetos de reciclagem e campanhas de conscientização; Iniciativas de capacitação para gestores e professores, voltadas à implementação de práticas sustentáveis; Integração com a comunidade, fortalecendo vínculos e disseminando práticas ambientalmente responsáveis; Desafios estruturais, como limitações de recursos, necessidade de manutenção de equipamentos e dificuldade de monitoramento contínuo.

A análise indica que a gestão escolar é fator determinante para o sucesso das práticas sustentáveis, sendo essencial alinhar estratégias pedagógicas, administrativas e comunitárias. A integração de políticas públicas, capacitação docente e engajamento estudantil contribui para consolidar uma cultura de sustentabilidade.

A análise das entrevistas aplicadas na Escola Municipal Guilherme Mártires revela que, embora a instituição ainda desenvolva projetos de educação ambiental e sustentabilidade de forma pontual e inicial, há percepção de sua importância por parte dos atores envolvidos. O Gestor A destacou que “o principal impacto é despertar consciência ambiental nos alunos e gerar pequenas mudanças de hábito em casa”, indicando que, mesmo sem ações sistematizadas, há efeitos positivos sobre o comportamento dos

estudantes. Essa percepção é reforçada pelo Professor B, que afirmou: “As práticas ajudam a despertar responsabilidade e senso crítico, mesmo sendo pontuais.” Ambas as falas demonstram que a escola atua como um vetor de formação ambiental, embora ainda limitada em alcance e regularidade.

Do ponto de vista dos estudantes, o impacto das ações é percebido de forma prática e cotidiana. O Estudante D relatou: “Comecei a ensinar minha família a economizar água e energia”, evidenciando que os aprendizados obtidos na escola podem ser replicados no ambiente doméstico, ampliando o alcance das práticas educacionais. De maneira semelhante, a Mãe a afirmou: “Percebo que meu filho trouxe hábitos novos para casa, como separar o lixo”, reforçando que a escola exerce influência direta sobre a comunidade, ainda que de forma pontual e não sistemática.

Entre os desafios para implementação das práticas, os entrevistados destacaram questões estruturais, financeiras e de engajamento. O Gestor B observou: “Falta engajamento coletivo dos professores e da comunidade escolar para ações permanentes”, enquanto o Professor F acrescentou: “A infraestrutura física não é adequada para hortas ou laboratórios ambientais.” Essas falas evidenciam que, além da motivação, a consolidação das práticas depende de recursos e planejamento estratégico. A percepção dos servidores e responsáveis também aponta para limitações no engajamento e comunicação: o Servidor D mencionou que “há pouca comunicação sobre o que precisa ser feito”, e o Pai D destacou que “muitos pais têm outras prioridades e não conseguem participar.” Esses comentários indicam que a sustentabilidade escolar depende tanto de recursos internos quanto de articulação com a comunidade.

Apesar desses desafios, os entrevistados identificaram ações pontuais de sustentabilidade que geram resultados iniciais. O Professor C afirmou: “A horta da escola é usada em algumas aulas de ciências, mas ainda de forma limitada.” De forma complementar, o Estudante G disse: “Fiquei motivado a participar de mutirões e cuidar das plantas da escola”, e o Servidor B destacou: “Cuidamos das plantas em vasos e canteiros da escola.” Para a comunidade escolar, a Mãe C ressaltou: “Alguns eventos, como a Semana do Meio Ambiente, envolvem as famílias.” Esses depoimentos indicam que, embora a implementação seja esporádica, há um esforço coletivo inicial que mobiliza diferentes atores da escola e da comunidade em torno da sustentabilidade.

Quanto ao impacto dessas práticas, os entrevistados reconheceram efeitos positivos, mesmo que limitados. O Gestor C afirmou: “As ações iniciais ajudam a criar interesse pelo tema e mostram que é possível engajar a comunidade.” O Professor D complementou: “Alguns alunos começaram a levar os conceitos aprendidos para suas casas e comunidades.” Entre os estudantes, o Estudante B disse: “As atividades me fizeram perceber que pequenas atitudes fazem diferença”, enquanto o Servidor F observou: “Vejo alunos mais engajados e interessados em colaborar com a escola.” Finalmente, a Mãe G afirmou: “Os filhos mostram orgulho das atividades e tentam engajar os irmãos e vizinhos.” Essas falas reforçam que, ainda que pontuais, as iniciativas têm efeitos significativos na conscientização ambiental e na replicação de hábitos, formando uma base sobre a qual projetos mais estruturados podem ser construídos.

Em síntese, a análise indica que a Escola Municipal Guilherme Mártires se encontra em estágio de desenvolvimento de práticas de sustentabilidade. Há interesse e motivação por parte de gestores, professores, estudantes, servidores, pais, mães e familiares, mas a implementação ainda é pontual, pouco sistematizada e dependente de iniciativas individuais. Os principais desafios envolvem infraestrutura, recursos financeiros, capacitação e engajamento coletivo, enquanto os impactos percebidos concentram-se na consciência ambiental e na replicação de hábitos em casa e na comunidade.

Portanto, as evidências apontam para a necessidade de estratégias que consolidem a sustentabilidade como prática transversal e contínua na escola, incluindo: planejamento estratégico de longo prazo, capacitação contínua de professores e servidores, engajamento efetivo de estudantes e comunidade.

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

A análise dos dados coletados revelou um perfil diversificado dos participantes da pesquisa. Entre os gestores escolares, identificou-se uma predominância de profissionais com experiência superior a 10 anos na educação, destacando-se a atuação em planejamento estratégico, coordenação pedagógica e gestão de projetos socioambientais. Os professores, com formação em diferentes áreas do conhecimento, apresentaram

variabilidade na experiência docente, desde iniciantes até veteranos com mais de 20 anos de atuação, e todos os entrevistados demonstraram interesse em integrar práticas de sustentabilidade em suas disciplinas.

Os estudantes envolvidos na pesquisa pertenciam a turmas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), totalizando 10 participantes. A maioria demonstrou consciência sobre a importância da sustentabilidade e reconheceu a relevância de ações pedagógicas relacionadas ao meio ambiente, especialmente em projetos práticos como hortas escolares, reciclagem e campanhas de conscientização.

Os pais, mães e responsáveis entrevistados expressaram interesse na educação ambiental, porém identificaram limitações em termos de acompanhamento das práticas desenvolvidas na escola. A participação dos funcionários e equipe de apoio destacou-se como essencial na manutenção das iniciativas de sustentabilidade, garantindo a execução contínua de ações pedagógicas e ambientais.

## PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME MÁRTIRES

A pesquisa revelou que a Escola Municipal Guilherme Mártires se encontra em fase inicial de implementação de práticas de sustentabilidade, com iniciativas ainda incipientes e de caráter experimental, tanto no currículo escolar quanto nas atividades extracurriculares. Entre as ações observadas destacam-se:

1. **Hortas Pedagógicas:** pequenos espaços dedicados ao cultivo de plantas, utilizados esporadicamente para aprendizagem prática de ciências e educação ambiental. Os estudantes participam de forma limitada no plantio e manutenção, começando a desenvolver competências socioambientais e noções básicas de gestão de recursos naturais. Na horta da escola os cultivos são: alface e cheiro-verde.

2. **Reciclagem e Gestão de Resíduos:** iniciativas pontuais de separação de resíduos e compostagem de materiais orgânicos, envolvendo professores e alguns estudantes, com o objetivo de iniciar a conscientização sobre consumo sustentável e manejo de resíduos, como é o caso da parceria com a empresa Norte óleo reciclagem.

3. **Campanhas de Conscientização:** atividades educativas ainda ocasionais, como palestras, apresentações ou exposições, buscando promover a reflexão sobre questões ambientais e estimular mudanças de comportamento na comunidade escolar, como as visitas periódicas ao Parque Ambiental Yasuhide Watanabe.

4. **Integração com a Comunidade:** parcerias iniciais com famílias e associações locais, ainda em estágio experimental, visando estreitar o vínculo entre escola e sociedade e ampliar, gradualmente, o impacto das práticas de sustentabilidade, como é o caso do Desfile Escolar com a participação das mães, pais e responsáveis no pelotão de Educação Ambiental e a participação da comunidade escolar no Festival Junino da escola que em 2025 teve como tema: Arrasta pé da Guima: Tradição e responsabilidade socioambiental.

5. **Uso Racional de Recursos:** primeiras ações de economia de água e energia elétrica, com o objetivo de promover hábitos sustentáveis e estimular o protagonismo dos estudantes na sua própria formação ambiental, como exemplo temos a promoção de ações simples, como fechar bem as torneiras, apagar as luzes ao sair, aproveitar a iluminação natural e reusar água da chuva em pequenos projetos, estimulando hábitos sustentáveis entre os estudantes. Essas práticas foram amplamente valorizadas pelos participantes, que reconheceram seu impacto positivo no desenvolvimento de competências ambientais, na motivação escolar e na criação de uma cultura sustentável dentro e fora da escola.

## DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Apesar dos avanços, a pesquisa identificou desafios significativos que influenciam a eficácia das práticas de sustentabilidade na escola. Entre os principais obstáculos destacam-se: a limitação financeira da unidade escolar, pois muitas vezes, a insuficiência de recursos impacta diretamente a manutenção das hortas pedagógicas, aquisição de materiais recicláveis e desenvolvimento de campanhas de conscientização. Um outro fator se refere qualificação docente, pois embora muitos professores demonstrem interesse, há necessidade de formação contínua para integrar conteúdos de sustentabilidade em diferentes disciplinas.

Um obstáculo que também se verificou está relacionado à infraestrutura física: a escola apresenta limitações estruturais que dificultam a expansão de projetos ambientais, como espaços insuficientes para hortas adicionais e laboratórios de ciências com equipamentos limitados. Outro desafio é sobre o engajamento da comunidade: apesar da participação de pais, mães e responsáveis, observou-se necessidade de maior envolvimento da comunidade externa em projetos de longo prazo. E um último elemento, que impacta diretamente o trabalho docente é o monitoramento das atividades e o processo de avaliação: a ausência de indicadores claros dificulta mensurar os impactos das práticas ambientais sobre a aprendizagem e comportamento dos estudantes. Esses desafios corroboram estudos que indicam que a sustentabilidade escolar depende não apenas da vontade dos gestores, mas da articulação de políticas públicas, recursos financeiros e engajamento comunitário (Leal Filho, 2020; Oliveira & Gomes, 2022).

## DISCUSSÃO COM BASE NA LITERATURA

A análise dos dados coletados confirma a relevância da gestão escolar participativa e estratégica para o sucesso de iniciativas sustentáveis. Segundo Freire (2020), a educação ambiental deve promover reflexão crítica e ação transformadora, objetivos que são viabilizados quando a gestão escolar integra políticas públicas, formação docente e engajamento estudantil.

Estudos de Oliveira & Gomes (2022) indicam que escolas que adotam planejamento estratégico, capacitação contínua e participação comunitária conseguem implementar práticas ambientais de forma mais consistente e sustentável. Os resultados da Escola Municipal Guilherme Mártires corroboram essa perspectiva, evidenciando que a combinação de liderança pedagógica, projetos inovadores e integração com a comunidade é determinante para a efetividade das ações.

Além disso, a pesquisa aponta que a participação ativa dos estudantes em atividades práticas é fundamental para consolidar a aprendizagem e fomentar hábitos sustentáveis. Esta constatação está alinhada com a literatura sobre aprendizagem experiencial e educação ambiental, que destaca a importância do engajamento direto dos estudantes como fator de transformação social e ambiental (Unesco, 2019).



A análise também evidencia que políticas públicas atualizadas, como a Lei nº 6.230/2023, são essenciais para fornecer respaldo legal e diretrizes claras às escolas. Contudo, a implementação depende de adaptação local, recursos financeiros, capacitação docente e mobilização da comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre gestão escolar e práticas de sustentabilidade na Escola Municipal Guilherme Mártires, situada no município de Santa Izabel do Pará. A pesquisa permitiu identificar que a implementação de ações socioambientais não depende apenas de iniciativas isoladas, mas está diretamente relacionada à eficiência da gestão escolar, à participação docente, ao engajamento estudantil e à colaboração da comunidade local.

Os resultados indicam que a gestão participativa e estratégica é o principal vetor para o sucesso das práticas de sustentabilidade. Os gestores da escola demonstraram capacidade de planejar e organizar atividades interdisciplinares que integrassem conceitos teóricos, práticas pedagógicas e ações ambientais, promovendo uma aprendizagem significativa. Essa abordagem está alinhada com os preceitos de Freire (2020), que destacam a importância da educação contextualizada, crítica e transformadora, capaz de mobilizar todos os atores escolares em prol de objetivos comuns.

Observou-se também que a participação ativa dos professores é crucial para o desenvolvimento de projetos ambientais. Professores que incorporam a sustentabilidade em suas disciplinas permitem que os estudantes vivenciem experiências práticas, consolidando conhecimentos acadêmicos e promovendo habilidades socioemocionais. A aprendizagem experiencial, conforme destacado pela UNESCO (2019), demonstra que atividades práticas como hortas pedagógicas, reciclagem e campanhas educativas fortalecem o senso de responsabilidade, cooperação e cidadania ambiental dos estudantes.

Os estudantes, por sua vez, mostraram elevado engajamento e consciência sobre a importância da preservação ambiental. A participação em projetos práticos resultou em maior motivação escolar, melhora no desempenho acadêmico e desenvolvimento de competências interpessoais. Essas evidências reforçam estudos recentes que destacam o

papel da escola como espaço de formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de interagir de forma ética e responsável com o meio ambiente (Leal Filho, 2020; Oliveira; Gomes, 2022).

Outro aspecto relevante é a integração com a comunidade. As parcerias com pais, mães, responsáveis, associações locais e ONGs ambientais ampliaram o impacto das práticas escolares, fortalecendo vínculos sociais e permitindo que a educação ambiental transcenda os limites da escola. Esse envolvimento comunitário reforça o conceito de gestão escolar como um processo coletivo, em que a colaboração entre diferentes atores potencializa os resultados das políticas educacionais.

Apesar de alguns avanços identificados, a pesquisa apontou desafios significativos que merecem atenção. Limitações financeiras da gestão municipal, infraestrutura inadequada das escolas e necessidade de capacitação contínua dos docentes foram registradas como barreiras à expansão e consolidação das práticas de sustentabilidade. Além disso, a ausência de indicadores sistemáticos para monitorar e avaliar os impactos das ações dificulta a mensuração precisa dos resultados e a tomada de decisões estratégicas para melhorias. Tais desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas consistentes, que forneçam recursos, formação docente e mecanismos de acompanhamento que permitam sustentar e ampliar os projetos de educação ambiental.

A experiência da Escola Municipal Guilherme Mártires mostra que a implementação bem-sucedida de práticas de sustentabilidade depende de múltiplos fatores: planejamento estratégico da gestão, engajamento docente, participação ativa dos estudantes, colaboração da comunidade e alinhamento com políticas públicas. Esse conjunto de fatores promove não apenas resultados pedagógicos positivos, mas também contribui para a construção de uma cultura escolar voltada à responsabilidade socioambiental, formando cidadãos críticos, conscientes e proativos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para a compreensão das relações entre gestão escolar e sustentabilidade, evidenciando que a efetividade das ações depende da articulação entre liderança educacional, práticas pedagógicas e políticas públicas. Além disso, reforça a necessidade de integrar a educação ambiental ao currículo escolar de forma transversal, permitindo que os estudantes vivenciem experiências práticas e desenvolvam competências críticas.

Do ponto de vista prático, os resultados oferecem subsídios para gestores e educadores de outras escolas municipais e regiões com contextos semelhantes. A pesquisa sugere que iniciativas de sustentabilidade devem ser planejadas de forma participativa, envolvendo todos os atores da escola, e apoiadas por políticas públicas que garantam recursos financeiros, qualificação docente e mecanismos de avaliação contínua. A experiência da Escola Municipal Guilherme Mártires pode servir como modelo para a replicação de práticas semelhantes, promovendo impacto positivo na formação de estudantes e na cultura escolar.

Este estudo evidencia que a educação ambiental crítica e transformadora é viável e necessária, desde que haja compromisso da gestão escolar, engajamento da comunidade e integração das práticas pedagógicas com objetivos socioambientais. A consolidação de práticas sustentáveis na escola contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de intervir na realidade de forma ética e responsável, alinhando-se às demandas contemporâneas de sustentabilidade e desenvolvimento social.

A pesquisa reafirma que a gestão escolar eficiente é um elemento central para promover educação ambiental e sustentabilidade nas instituições de ensino. A Escola Municipal Guilherme Mártires demonstra que, mesmo em contextos com desafios estruturais e limitados recursos, é possível implementar práticas significativas, integradas ao currículo e à comunidade, formando cidadãos críticos e comprometidos com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jul. 2024.

SANTOS, C.M.B.; XAVIER, A.S.A.; RIBEIRO, T.C. Gestão, ecopedagogia e sustentabilidade: estratégias para a educação ambiental em contexto escolar. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 4, n. 4, p. 676-669, out./dez., 2025.



COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum. Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CREEMERS, Bert P. M.; KYRIAKIDES, Leonidas. **Improving quality in education: dynamic approaches to school improvement**. Londres: Routledge, 2015. (Melhorar a qualidade na educação: abordagens dinâmicas para a melhoria escolar. Londres: Routledge, 2015).

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: a ecopedagogia como pedagogia planetária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

GOMES, Sulimary Oliveira; SANTOS, Monaíza Pinheiro; LEITE, Gustavo de Sousa de Oliveira; ARNALDO, Claudia Santos; CICHETO, Diego Felipe. **Metodologias ativas na Educação Ambiental: uma revisão de literatura**. In: Meio Ambiente e Sustentabilidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Editora IME, 2022. p. [xx-xx].

LEAL FILHO, Walter. **Sustainability and sustainable development in education: policy, practice and research**. Cham: Springer, 2020. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na educação: políticas, práticas e pesquisas. Cham: Springer, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2015.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: ESD for 2030 – Roadmap**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 5 out. 2025. Educação para o Desenvolvimento Sustentável: EDS para 2030 – Roteiro. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 5 out. 2025.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: towards achieving the SDGs**. Paris: UNESCO, 2019.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável: rumo ao alcance dos ODS. Paris: UNESCO, 2019.

YIN, Robert K. Pesquisa e aplicações de estudos de caso: design e métodos. 6. Ed. Mil Oaks: Sábio, 2018.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: dezembro de 2025.

SANTOS, C.M.B.; XAVIER, A.S.A.; RIBEIRO, T.C. Gestão, ecopedagogia e sustentabilidade: estratégias para a educação ambiental em contexto escolar. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 4, n. 4, p. 676-669, out./dez., 2025.

